Educação, Diversidade e Direitos Humanos: Práticas Pedagógicas de Enfrentamento ao Bullying na Infância

[1]Pedro Eduardo Gomes de Oliveira. Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. E-mail: pedro.eduardo@aluno.uece.br
[2]Antonio Alisson Laureano do Nascimento. Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. E-mail: alisson.nascimento@aluno.uece.br
[3]José Douglas de Abreu Araújo. Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu/CE. josedouglasabreu@gmail.com

Palavras-Chave: Educação em Direitos Humanos, Bullying, Diferenças, Respeito.

Introdução

Popularmente utilizado para se referir a diferentes formas de discriminação, o termo *bullying* manifesta-se tanto em espaços privados quanto nos diversos contextos de socialização entre os indivíduos. Frequentemente presente nas interações entre jovens, crianças, adultos e idosos que, por razões relacionadas à nossa construção histórico-cultural, recorrem a essa prática discriminatória com o objetivo de diminuir, julgar e menosprezar etnias, costume ou qualquer outra diferença que fuja aos padrões sociais previamente impostos (REIS; ADORNI, 2024). Tal fenômeno prejudica de forma alarmante a interação, a aprendizagem e a inclusão das pessoas em ambientes marcados pela diversidade humana.

A pauta de promoção do respeito e da dignidade diante da problemática de preconceito e *bullying* permaneceu negligenciada por longos períodos, o que contribuiu para a disseminação de seus efeitos discriminatórios. Esses impactos passaram a incidir de maneira significativa sobre a saúde emocional no contexto das instituições educacionais, conduzindo o ambiente escolar a situações de exclusão, retraimento, insegurança e a quadros emocionais graves.

Nesse sentido, a Lei nº 13.185 (BRASIL, 2015), que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), estabelece a necessidade de prevenir e combater essa prática no ambiente escolar, reforçando a responsabilidade das instituições na promoção de um espaço seguro, inclusivo e respeitoso. Portanto, diante desse contexto, tornou-se cada vez mais necessário a aplicação de metodologias pedagógicas que visassem promover a prática do respeito mútuo entre todos os indivíduos, de maneira a desconstruir a imagem do padrão social cultural ao qual vivemos.

Diante das reflexões apresentadas, o presente resumo expandido tem como objetivo descrever e refletir os resultados da oficina com temática antidiscriminatória, voltada à prevenção do *bullying*, desenvolvida no âmbito da curricularização da extensão na disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos, do curso de Pedagogia, vinculada à Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI). A ação foi aplicada em uma escola da educação básica no município de Iguatu, Ceará, junto a crianças do 1º ano do Ensino Fundamental I.

Considerando a escola como mecanismo de formação ética e social das crianças, a experiência extensionista buscou fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a promoção do respeito, da diversidade e dos direitos humanos desde os primeiros anos da escolarização. O presente trabalho organiza-se na apresentação do contexto da intervenção, da

metodologia adotada e da análise dos resultados obtidos, evidenciando as contribuições da oficina para a construção de uma cultura escolar *antibullying*.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa (Minayo, 2004), de natureza descritiva, configurando-se como um relato de experiência, desenvolvido a partir de uma ação extensionista vinculada à disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos, realizada em uma escola de ensino fundamental com alunos do 1º ano. A escolha desse público fundamenta-se na compreensão de que a infância constitui um período estratégico para a formação de valores sociais e para a prevenção de práticas discriminatórias, como o bullying.

A intervenção consistiu na realização de uma oficina estruturada a partir de metodologias lúdicas e participativas, incluindo diálogo inicial, exibição de vídeo em animação, dinâmicas em grupo e análise de imagens relacionadas ao *bullying* e ao acolhimento. A construção das informações ocorreu por meio da observação direta das interações, dos relatos espontâneos dos estudantes e dos registros reflexivos da experiência. A análise foi conduzida de forma interpretativa, compreendendo a experiência como algo que "é vivida antes de ser captada pelo pensamento, apreendida pela reflexão, caracterizada em seus componentes" (Breton; Alves, 2021, p. 3), respeitando os princípios éticos da pesquisa e os preceitos da curricularização da extensão.

Resultado e discussões

Os resultados demonstram que o ambiente escolar é permeado por situações que envolvem práticas de bullying já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que reforça a relevância de ações educativas preventivas desde a infância. A presença dessas manifestações evidencia que o fenômeno não surge de forma isolada ou repentina, mas está relacionado a construções sociais que atravessam o cotidiano escolar. Durante a oficina, foi possível identificar que parte dos alunos já possuía conhecimentos prévios sobre o tema, além de relatarem experiências relacionadas ao desrespeito, apelidos pejorativos e exclusões, demonstrando o impacto emocional negativo dessas vivências, conforme apontado pela literatura (FERREIRA; NEVES, 2017; SILVA; COSTA, 2016). Esses relatos revelam que a intimidação sistemática integra o universo infantil de maneira concreta, exigindo intervenções pedagógicas intencionais e contínuas.

A utilização de metodologias lúdicas e acessíveis mostrou-se fundamental para a compreensão do tema pelos discentes, possibilitando ultrapassar abordagens superficiais e reconhecendo-os como sujeitos ativos do processo de aprendizagem, como afirma Freire (2019) ao concebê-los como seres cognoscentes. Ao invés de uma exposição meramente informativa, a oficina promoveu espaços de fala e escuta, nos quais os estudantes puderam refletir criticamente sobre suas próprias práticas e experiências. A exibição do vídeo em animação contribuiu para a introdução conceitual do bullying de forma clara e adequada à faixa etária, favorecendo a participação ativa e estimulando o diálogo coletivo. Tal resultado corrobora os estudos de Moran (2015), que defendem metodologias participativas como estratégias fundamentais para a construção de aprendizagens significativas e para a consolidação da educação em direitos humanos no contexto escolar.

Destaca-se, ainda, a dinâmica de valorização das qualidades entre os colegas, que possibilitou o reconhecimento das singularidades e o fortalecimento dos vínculos afetivos. Ao incentivar que cada criança identificasse aspectos positivos em si e nos outros, a atividade promoveu reflexões sobre respeito mútuo e empatia — elementos essenciais para a construção de uma cultura de paz. Esse movimento encontra respaldo na perspectiva multicultural defendida por Candau (2012), que compreende a educação em direitos humanos como situada na articulação entre igualdade e diferença, exigindo a valorização da diversidade e o enfrentamento das práticas discriminatórias presentes nas instituições sociais.

As ações realizadas alcançaram os objetivos propostos, evidenciando elevado nível de envolvimento dos alunos e possibilitando a ressignificação de comportamentos cotidianos. A experiência também dialoga com o marco legal brasileiro, especialmente com a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (BRASIL, 2015), ao demonstrar que a prevenção ao bullying deve ser incorporada às práticas pedagógicas como compromisso permanente da escola.

Os resultados evidenciam, ainda, que o estranhamento diante das diferenças físicas, culturais, religiosas ou sociais pode manifestar-se desde cedo, favorecendo práticas de exclusão. Nesse sentido, a oficina contribuiu para a promoção do acolhimento e do respeito às diferenças, fortalecendo valores indispensáveis à convivência democrática. Como alerta Santayana, "aqueles que não conhecem a história estão fadados a repeti-la" (1920, p. 284 apud BONALDO, 2017, p. 33), o que reforça a importância de educar desde a infância para que padrões de discriminação não se perpetuem.

Por fim, a experiência demonstrou relevância não apenas para os estudantes da educação básica, mas também para os extensionistas, ao promover reflexões acadêmicas e pessoais sobre o papel social da educação. Os achados reafirmam que práticas pedagógicas fundamentadas nos direitos humanos são essenciais para a construção de uma escola inclusiva, democrática e socialmente comprometida.

Conclusões

Diante do impacto significativo que a temática do bullying gera no ambiente escolar, torna-se ainda mais evidente a necessidade da implementação de práticas pedagógicas preventivas. A oficina de antibullying desenvolvida no contexto educativo demonstrou que promover o respeito às diferenças individuais contribui gradativamente para a melhoria da convivência e para o fortalecimento de relações mais saudáveis nos espaços de socialização.

Logo no início da intervenção, houve uma expressiva quebra de expectativas por parte dos aplicadores do projeto, configurando-se como um aprendizado valioso: jamais subestimar as crianças. Desde a introdução do tema, todos os alunos presentes demonstraram possuir conhecimentos prévios acerca do bullying, o que favoreceu a participação ativa e o compartilhamento de reflexões individuais. As falas revelaram-se coerentes e sensíveis às suas realidades, aspecto admirável considerando a faixa etária. Destaca-se, ainda, o excelente desempenho nas atividades posteriores, nas quais os estudantes reconheceram suas próprias individualidades e as características de seus colegas, fortalecendo vínculos de amizade e respeito mútuo.

Com base nas observações realizadas, compreende-se que o bullying é uma realidade presente nas vivências infantis. Entretanto, quando a temática é trabalhada com intencionalidade pedagógica, dedicação e confiança nas novas gerações, torna-se possível

contribuir para a construção de uma cultura fundamentada nos direitos humanos e no respeito ao outro. Educar desde a infância para o reconhecimento das diferenças e para a convivência democrática constitui não apenas uma prática pedagógica, mas um compromisso ético com a transformação social.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Seção 1, p. 1–3.

BONALDO, Rodrigo Bragio. Quando a Odebrecht construiu Salvador: a narrativa jornalística da história na coleção Terra Brasilis, de Eduardo Bueno (1998-2006)[1]. Revista Tempo e Argumento, v. 9, n. 20, p. 130-161, 2017.

BRETON, H.; ALVES, C. A. A narração da experiência vivida face ao "problema difícil" da experiência: entre memória passiva e historicidade. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v.17, n. 44, p. 1-14, jan./mar., 2021.

CANDAU, Vera Maria. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715–726, jul–set. 2012. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 05 fev.2026.

FERREIRA, Emerson Benedito; NEVES, Fernando Frachone. O problema do bullying no Brasil. Nucleus, Santo Ângelo, v. 14, n. 1, p. 55-65, abr. 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MINAYO, M. C. S. (2004). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (8a ed.). São Paulo: Hucitec.

REIS, Michel dos Santos; ADORNI, Dulcinéia da Silva. Bullying escolar: práticas de agressão, assédio e intimidação na interface educação, direitos humanos e saúde pública. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, *[S. l.]*, v. 1, p. 6029–6040, 2024.

SILVA, CÍNTIA SANTANA E.; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Opressão nas escolas: o bullying entre estudantes do ensino básico. Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 161, p. 638-663, 2016.

SANTAYANA, Georges. The Life of reason or the phases of human progress: reason in common sense. New York:Scribner's, 1920